

concedeu autorização para a posse administrativa, nos termos e com os fundamentos das deliberações da Câmara Municipal de 19 de abril de

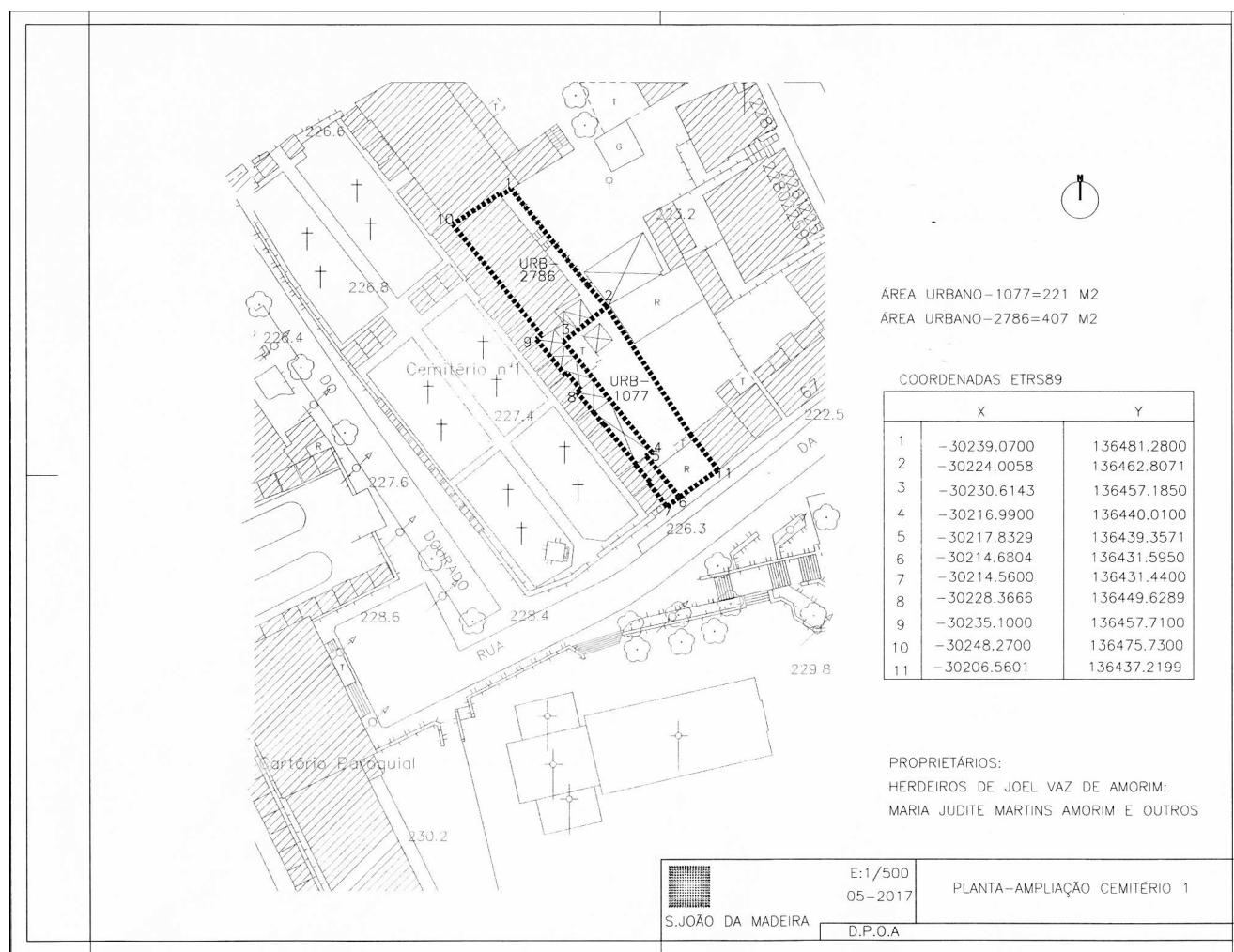
2016 e 21 de fevereiro de 2017, dos seguintes prédios urbanos, para a obra de “Ampliação do Cemitério n.º 1”:

| Proprietários | Prédios | Área a Expropriar m2 | Inscrição matricial | Descrição predial | Encargos de Indemnização (relatório de perito da lista oficial) |
|---|---------|----------------------|---------------------|-------------------|---|
| Maria Judite Martins Amorim; Luís Álvaro da Costa Carvalho Amorim; Júlio Eduardo Carvalho Vaz Amorim; Irene Elvira de Freitas Amorim e Castro; Paulo Augusto Freitas Amorim; Pedro Jorge Freitas Amorim; Miguel Filipe Freitas Amorim; Joaquim Carvalho Almeida Ferreira da Silva; Álvaro Carvalho Almeida Ferreira da Silva; Duclino Ferreira Martins; Duclino Amorim Martins; Dulcina Amorim Martins; Joel Amorim Martins; Maria Judite Amorim Martins; Anabela Matos da Silva Coelho Martins; António Alberto Coelho Amorim Martins; Hugo Miguel Coelho Amorim Martins; João Filipe Coelho Amorim Martins; André Martins Bastos; Hélder João Martins Bastos. | 1 | 407 | 2786 | 5407/20120120 | 34.252,27 € |
| | 2 | 221 | 1077 | 5406/20120120 | 18.598,90 € |

Publica-se, em anexo, a planta identificativa dos prédios a expropriar.

Para constar e devidos efeitos, será este edital afixado no edifício da Câmara Municipal, publicado na 2.ª série do *Diário da República* e no sítio da internet em www.cm-sjm.pt.

15 de maio de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Ricardo Oliveira Figueiredo*.



310669137

Edital n.º 654/2017

Alteração ao Regulamento do Cartão Sénior Municipal

Faz-se público que a Câmara e a Assembleia Municipal aprovaram, respetivamente, em 21 de fevereiro de 2017 e 02 de maio de 2017, uma alteração ao Regulamento do Cartão Sénior Municipal, pelo que, o n.º 1 do artigo 9.º passa a ter a seguinte redação:

Artigo 9.º

Benefícios no domínio da ação social

1 — Aos titulares do cartão sénior municipal, cujo rendimento *per capita* não exceda o IAS (Indexante dos Apoios Sociais) poderão ser atribuídos benefícios especiais e descontos com percentagens mais elevadas ou mesmo isenção, dentro dos benefícios já referenciados, nomeadamente 50 % de desconto nos consumos de água para uso

doméstico em 30 dias, e desde que o contador esteja em seu nome, nos seguintes termos:

a) Agregados familiares compostos por 1 ou 2 elementos — aplicação de desconto de 50 % nos consumos de água para uso doméstico igual ou até 5m³ em 30 dias, desde que o consumo global respetivo não seja superior a 10m³ nesse mês;

b) Agregados familiares compostos por 3 elementos — aplicação de desconto de 50 % nos consumos de água para uso doméstico igual ou até 8m³ em 30 dias, desde que o consumo global respetivo não seja superior a 15m³ nesse mês;

c) Agregados familiares compostos por 4 elementos — aplicação de desconto de 50 % nos consumos de água para uso doméstico igual ou até 10m³ em 30 dias, desde que o consumo global respetivo não seja superior a 20m³ nesse mês;

§ em qualquer dos casos acima enunciados, o consumo mensal global acima do valor previsto como máximo global impede a aplicação de qualquer desconto; e ainda 50 % de desconto em todas as tarifas indexadas ao consumo de água.

- 2 — [...]
- 3 — [...]
- 4 — [...]
- 5 — [...]

Para constar e devidos efeitos, será este edital afixado no edifício da Câmara Municipal, publicado na 2.ª série do *Diário da República* e no sítio da internet em www.cm-sjm.pt.

17 de maio de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Ricardo Oliveira Figueiredo*.

310669089

MUNICÍPIO DE SILVES

Aviso n.º 10311/2017

1 — Para os devidos efeitos, se torna público, que por deliberações da Câmara Municipal tomadas em reuniões de dez e vinte e quatro de maio de dois mil e dezassete, se encontram abertos, pelo período de dez dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na 2.ª série, (Parte H) do *Diário da República*, procedimentos concursais comuns, para a contratação por tempo indeterminado, no regime de contrato de trabalho em funções públicas, para o preenchimento dos seguintes postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal desta Câmara Municipal.

Ref.ª A — 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, área de atividade de Arqueologia para a Divisão de Cultura, Turismo e Património;

Ref.ª B — 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Técnico, área de atividade Administrativa para a Divisão de Recursos Humanos, nomeadamente para a Secção de Cadastro e Vencimentos;

Ref.ª C — 2 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, para a Divisão de Cultura, Turismo e Património;

Ref.ª D — 4 postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, área de atividade de jardineiro para a Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente;

Ref.ª E — 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional, área de atividade de Eletricista para a Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente.

2 — De acordo com as soluções interpretativas uniformes da DGAL homologadas pelo Secretário de Estado da Administração Local do acordo celebrado entre o Governo e a ANMP, o governo entende que no âmbito e para efeitos da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, relativa ao procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, as autarquias não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção-Geral de Qualificação dos trabalhadores (INA) prevista naquela Portaria.

3 — Legislação aplicável: Aos presentes procedimentos concursais serão aplicadas as regras constantes nos seguintes diplomas: Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6/04, Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 e Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

4 — Validade: Os procedimentos concursais são válidos para o recrutamento e preenchimento dos postos de trabalho mencionados e para os efeitos estatuídos nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 40.º da Portaria

n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

5 — Local de Trabalho: As funções serão exercidas na área do Município.

6 — Caracterização dos postos de trabalho, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado:

Ref.ª A — Promover a pesquisa, inventariação, proteção, conservação e restauro do património arquitetónico e arqueológico do concelho, propor a conservação e recuperação de testemunhos considerados de interesse cultural;

Ref.ª B — Desenvolver funções que se enquadram em diretivas gerais dos dirigentes e chefias, executar o processamento de vencimentos e demais abonos devidos aos trabalhadores do Município, instruir todos os processos referentes a prestações sociais dos trabalhadores, seguros de acidentes de trabalho, ADSE, Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, Balanço Social e mapas de reporte, entre outras;

Ref.ª C — Proceder à abertura e encerramento dos postos de turismo, prestar informações solicitadas pelos utentes e zelar pelo equipamento de turismo existente, proceder ao arrumo da coleção de bilhetes de ingresso;

Ref.ª D — Cultivar flores, árvores e outras plantas, sendo responsável por todas as operações inerentes à sua conservação, proceder à limpeza e conservação de espaços verdes públicos;

Ref.ª E — Efetuar a instalação, conservação e reparação de circuitos e aparelhagens elétricas; interpretação de desenhos e esquemas relacionados com a atividade; executar outras tarefas de carácter manual indispensáveis aos serviços.

7 — Nível habilitacional exigido:

Ref.ª A — Licenciatura em Sociologia, de acordo com a alínea c) do n.º 1, do artigo 86.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

Ref.ª B — 12.º ano de escolaridade ou de curso que lhe seja equiparado, de acordo com a alínea b) do n.º 1, do artigo 86.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Ref.ªs C, D e E — Escolaridade obrigatória, exigida de acordo com a idade, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional de acordo com a alínea a) do n.º 1, do artigo 86.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

8 — Determinação do posicionamento remuneratório — De acordo com o estabelecido no artigo 38.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da categoria, é objeto de negociação com a entidade empregadora pública e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal com os limites e condicionais estabelecidos pelo o artigo 42.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2014, conjugado com o artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Orçamento de Estado 2016).

8.1 — Em cumprimento do artigo 42.º referido no ponto anterior, os candidatos que possuam vínculo de emprego público, informam prévia e obrigatoriamente a entidade empregadora pública do posto de trabalho que ocupam e da posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem.

8.2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, e nos termos do Decreto-Lei n.º 254-A/2015 de 31 de dezembro, as posições remuneratórias de referência para os presentes procedimentos concursais são:

Ref.ª A — 2.ª posição remuneratória, nível 15 da Tabela Remuneratória Única referente à categoria de Técnico Superior — 1 201,48 € (mil duzentos e um euros e quarenta e oito centavos);

Ref.ª B — 1.ª posição remuneratória, nível 5 da Tabela Remuneratória Única referente à categoria de Assistente Técnica — 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze centavos);

Ref.ªs C, D e E — 1.ª posição remuneratória, nível 1 da Tabela Remuneratória Única referente à categoria de Assistente Operacional — 557 €00 (quinhentos e cinquenta e sete euros).

9 — Requisitos de admissão:

9.1 — Os candidatos deverão preencher os requisitos gerais previstos no artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a saber:

a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou lei especial;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.